

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL

BLOCO DE ESQUERDA | 5 MAIO 2012

1. A Mesa Nacional presta a sua sentida homenagem à memória de Miguel Portas, activista e dirigente do Bloco de Esquerda desde antes da sua primeira hora, e que foi eurodeputado desde 2004 até ao momento da sua morte. A Mesa agradece a todas as instituições, personalidades, partidos e associações que, em Portugal como noutros países, enviaram mensagens de condolências ou se juntaram às iniciativas públicas dos últimos dias. Todos esses testemunhos manifestaram o apreço pelo seu fulgor e dedicação às suas causas, que foram o sentido da vida do Miguel: democracia intensa e cidadania. O Bloco de Esquerda será fiel à sua vida e à sua memória.

Alda de Sousa, que ocupava o 4º lugar na lista de candidatura europeia, assumirá o lugar de deputada no Parlamento Europeu e conta com todo o apoio e solidariedade do Bloco de Esquerda no desempenho das suas novas e exigentes funções.

2. A Mesa apreciou a situação política e, em particular, a crise social que estamos a viver. Ao longo das últimas semanas, foi-se tornando claro que o governo não acredita que as suas políticas orçamentais permitam o prometido reequilíbrio das contas e que, por isso, espera vir a recorrer a um prolongamento de empréstimos da troika, configurando um segundo resgate. A execução orçamental demonstrou claramente a dimensão dessa crise, com a queda das receitas fiscais, apesar do aumento dos impostos, e com a redução drástica das contas da segurança social, cujo saldo se reduziu a metade com a perda de mais de 3 milhões de euros por dia, dado o aumento do desemprego e a redução das contribuições. Como, ao contrário do que afirma a propaganda do governo, os juros da dívida a médio e longo prazo se mantêm em níveis insustentáveis, esse segundo resgate está inscrito na natureza das medidas recessivas que provocarão em 2012 a maior queda do produto e do emprego da história da democracia.

3. Ao insistir numa nova contração orçamental em 2013, depois da multiplicação de medidas de austeridade e de cortes em 2012, o governo confirma a derrapagem económica que se está a viver. O programa financeiro para os próximos anos, anunciado esta semana e enviado para Bruxelas, determina, nomeadamente, o adiamento da devolução dos subsídios de férias e de Natal, que devia ocorrer em 2014 e que agora é prometida para 2018, no final da legislatura seguinte. O que deveria durar dois anos passa a durar sete anos, contra todas as promessas. Assim, o assalto aos subsídios de férias de trabalhadores e reformados é encoberto com uma burla política. De igual modo, a proposta de plafonamento

e privatização de parte da Segurança Social que o governo avança como mera hipótese, é um objetivo que revela a política de austeridade como um instrumento de reforço do capital financeiro – sangra-se a Segurança Social para financiar a banca.

4. A economia europeia vive riscos agravados de derrapagem em 2012, em particular com a crise de Espanha e a chantagem que sofre por via da especulação financeira. Esses riscos acentuam a pressão sobre a economia portuguesa.

E demonstram como é escandaloso o novo Tratado Orçamental europeu, que proíbe os défices estruturais de mais de 0,5%, pretendendo responder a uma recessão com a interdição de políticas públicas anti-recessivas. Acresce que a aprovação precipitada deste Tratado pelo parlamento português, com a vergonhosa anuência do PS – que recusou o referendo, junto com a direita, impedindo que, como o povo irlandês, o povo português se possa pronunciar – pretendeu forçar a abertura do processo de ratificação antes das eleições francesas, de modo a bloquear a sua contestação.

5. Portugal é o país europeu com mais rápido crescimento do desemprego, cujos números reais ultrapassam agora os 1,2 milhões de pessoas. É também o país com menor apoio social aos desempregados e que mais reduzirá esse apoio.

A nova legislação facilitando os despedimentos, retirando dias feriadados, aumentando o tempo de trabalho não pago, reduzindo o valor das horas extraordinárias para as banalizar, limitando o tempo dos apoios sociais aos desempregados, impondo aos pobres e a quem tem contratos emprego-inserção o trabalho gratuito como penhor da sua submissão, generalizando a intimidação nos locais de trabalho, é uma peça fulcral deste autoritarismo social e político.

O Bloco de Esquerda recusa esta legislação, condena todas as formas de compromisso para a aplicar, contra os direitos dos trabalhadores, e apela à mobilização de todas e todos, precários, empregados e desempregados, para derrotar estas chantagens.

6. Outras formas de autoritarismo social e de austeridade estão a ser impostos em Portugal. O atraso da devolução do IRS, as cobranças de propinas de há dez anos ou mais, o aumento generalizado do IMI de prédios urbanos e, brevemente, dos prédios rurais, os sucessivos aumentos de electricidade, gás, transportes, das taxas moderadoras, tudo contribui para dificultar a vida das pessoas e para as empobrecer.

7. Perante esta crise, o Bloco de Esquerda bate-se por soluções, por propostas e por uma ruptura com o rumo da austeridade da troika.

Defendemos a MAC contra o seu anunciado fecho, as unidades de saúde familiar e os hospitais públicos contra as parcerias público privado, e continuamos profundamente empenhados num SNS universal e gratuito.

Defendemos uma legislação que proteja as famílias endividadas ao crédito à habitação e que não conseguem pagar a conta ao banco dado o desemprego, permitindo a renegociação da dívida, uma moratória em parte dos pagamentos ou a anulação da dívida quando a casa é entregue ao banco, e registamos que a jurisprudência começa a apoiar a solução que o Bloco defendeu.

Defendemos a extensão e abrangência do subsídio de desemprego e de outros apoios sociais, que são direitos e não regalias.

Defendemos o cancelamento da dívida ilegítima e abusiva e a renegociação da dívida detida pelo BCE e pelo FMI: mesmo uma redução de 1% dos juros da dívida pouparia o equivalente ao total do gasto em saúde em Portugal.

8. Durante os meses de Maio e Junho, o Bloco de Esquerda retomará as iniciativas que estavam previstas para os finais de Abril e que foram então adiadas em função da morte de Miguel Portas. Realizar-se-ão comícios em Braga, a 26 de Maio, no Porto, a 9 de Junho, e uma Jornada contra o Governo da Troika em Lisboa, a 16 de Junho. O Bloco convida para essas iniciativas quem queira afirmar uma esquerda de luta, uma esquerda de confiança, uma esquerda socialista que quer vencer a troika, a austeridade e o autoritarismo, em nome de uma política de emprego e de democracia responsável.

9. A Mesa sublinha a importância política para a UE dos resultados das próximas eleições em França e na Grécia e reafirma a necessidade de derrota das políticas austeritárias como linha de rumo para responder à crise. A promessa de François Hollande de retirar as tropas francesas do Afeganistão ou a iniciativa australiana no mesmo sentido, revelam como a operação de ocupação militar deste país se torna insustentável e é errada. O Bloco insiste na retirada das tropas portuguesas do Afeganistão.

10. Realiza-se hoje a Marcha Global pela Marijuana, um pouco por todo o Mundo e também em várias cidades portuguesas. O Bloco solidariza-se com a mensagem essencial dessa manifestação e insistirá no Parlamento por uma lei que promova a responsabilidade e a regulação do cultivo e consumo da canábica.

11. Estão convocadas para o próximo dia 12 de Maio manifestações que assinalam o aniversário do surgimento do movimento dos Indignados. O Bloco saúda todas as mobilizações da cidadania na luta contra a precariedade e o sequestro das democracias pelo capitalismo financeiro e pela elite económica.

12. O Bloco de Esquerda apresenta-se nas eleições regionais dos Açores com a convicção de que os seus deputados cumpriram um mandato de coerência e de combatividade, e disputará cada voto com a confiança na sua capacidade de representar o povo açoriano e de apresentar alternativas consistentes.

13. A Mesa Nacional convoca a Convenção do Bloco de Esquerda para os dias 10 e 11 de Novembro, em Lisboa. As próximas reuniões da Mesa aprovarão o regulamento e uma proposta de alteração estatutária, conforme definido pelos Estatutos.

A Mesa Nacional